

Demonstrações Financeiras

Termoverde Caieiras Ltda.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

**Shape the future
with confidence**

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Diretores
Termoverde Caieiras Ltda.
Caieiras – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termoverde Caieiras Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Empresa, para fins do seu processo de geração de energia, depende exclusivamente do fornecimento do biogás, o qual é realizado pela parte relacionada Solví Essencis Ambiental S.A. (“Solvi Essencis”). Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in black ink, consisting of several vertical strokes and a horizontal line, positioned over a horizontal line.

Tarcísio Rocha Marques dos Reis
Contador CRC SP- 290778/O

Termoverde Caieiras Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanco patrimonial.....	4
Demonstração do resultado.....	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Termoverde Caieiras Ltda.
Demonstrações dos resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
	Explicativa		
Receita operacional líquida	21	52.548	48.896
Custo dos serviços prestados	22	(44.131)	(38.727)
Lucro bruto		8.417	10.169
Receitas e despesas operacionais			
Despesas comerciais		(6)	(42)
Despesas administrativas	23	(573)	(263)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	1.508	1.343
Receitas e despesas operacionais líquidas		929	1.038
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		9.346	11.207
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	25	1.225	2.203
Despesas financeiras	25	(10.587)	(9.698)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(9.362)	(7.495)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(16)	3.712
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	18	(1)	(1.381)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(17)	2.331

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termoverde Caieiras Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(17)	2.331
Total do resultado abrangente da Empresa	(17)	2.331

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termoverde Caieiras Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	3.486	17.098	-	20.584
Lucro líquido do exercício	-	-	2.331	2.331
Transferência para reserva de lucros	-	2.331	(2.331)	-
Dividendos distribuídos – nota explicativa 20	-	(17.098)	-	(17.098)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	3.486	2.331	-	5.817
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(17)	(17)
Absorção de prejuízo	-	(17)	17	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	3.486	2.314	-	5.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termoverde Caieiras Ltda.**Demonstrações dos fluxos de caixa**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas explicativas	2025	2024
Das atividades operacionais			
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício		(17)	2.331
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	13 e 14	5.420	5.517
Baixa de imobilizado	13	-	5
Encargos financeiros sobre financiamentos e empréstimos	16	8.844	7.521
Rendimentos financeiros inerentes a mútuos cedidos	24	(918)	(1.562)
Rendimentos financeiros inerentes a títulos e valores mobiliários	24	-	-
Provisão para contingências	19	25	-
Provisão de imposto de renda e contribuição social	18	1	1.381
Aumento / Redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes	11	(546)	1.336
Partes relacionadas	17	(792)	(66)
Impostos a recuperar		(468)	90
Estoques		(58)	(20)
Dividendos recebidos		-	-
Outras contas a receber	12	192	(316)
Adiantamento a fornecedores		(3)	(1)
Aumento / Redução nos passivos operacionais			
Fornecedores	15	(3.822)	2.180
Fornecedores - Partes relacionadas	17	3.223	(692)
Salários benefícios e encargos sociais		33	(20)
Impostos taxas e contribuições	18	(562)	316
Impostos de renda e contribuição social	18	389	(1.439)
Pagamento de contingências e indenizações		-	-
Adiantamento de clientes		28	-
Outras contas a pagar		(266)	264
Caixa proveniente das operações		10.703	16.825
Pagamento de impostos sobre o lucro		(473)	(910)
Mútuos ativos - recebimento de juros	17	69	1.567
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	16	(3.084)	(2.573)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		7.215	14.909
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Mútuos ativos – concedidos	17	(4.582)	(10.284)
Mútuos ativos - recebimento principal	17	16.496	5.186
Aquisição de ativo imobilizado	13	(3.565)	(6.355)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		8.349	(11.453)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos – captação	16	-	6.624
Empréstimos e financiamentos – pagamento de principal	16	(11.932)	(10.004)
Caixa líquido (aplicado nas) / proveniente das atividades de financiamento		(11.932)	(3.380)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		3.632	76
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	10	488	412
No final do exercício	10	4.120	488
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		3.632	76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Termoverde Caieiras Ltda. ("Empresa"), é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na Rodovia dos Bandeirantes, Km 33, - Caieiras – SP, e é uma controlada direta em primeira instância da Revita Engenharia S.A., e controlada indireta em última instância da Solvi Participações S.A.

A Empresa está instalada em área próxima à planta de biogás da UVS Essencis Caieiras - SP, pertencente a Solvi Essencis Ambiental S.A., controlada pela Solvi Participações S.A.

A Empresa obteve as autorizações de início de operação comercial ao final de 2010 dos seguintes órgãos responsáveis:

- Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL")

A ANEEL concedeu autorização para o início da operação comercial por meio do processo nº 48500.002127/2014-62 e autorizada de acordo com a Resolução autorizativa nº 4.612 de 11 de abril de 2014, com validade de 30 anos, a partir desta data;

- Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS")

O ONS deliberou sobre a autorização de início de operação comercial, baseado na declaração de atendimento aos requisitos dos procedimentos de rede, conforme carta ONS – 1031/100/2016;

- Empresa de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP")

Por meio de correspondência datada de 14 de julho de 2016, a CTEEP autorizou a conexão da unidade geradora de energia Termoverde Caieiras Ltda. ao seu sistema elétrico, permitindo o início da operação comercial.

- Elektro Eletricidade e Serviços ("Elektro")

Por meio de correspondência datada de 12 de julho de 2016, a Elektro autorizou a conexão da unidade geradora de energia Termoverde Caieiras Ltda. ao seu sistema elétrico, permitindo o início da operação comercial.

A venda da energia elétrica é realizada no mercado livre de energia, operacionalizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O processo de funcionamento das centrais termelétricas baseia-se na conversão de energia térmica em energia mecânica, que por sua vez é convertida em energia elétrica. Energia térmica esta, proveniente da queima do biogás produzido e captado a partir da decomposição do resíduo disposto no aterro sanitário da UVS Caieiras, que atualmente recebe cerca de 10.500 ton./dia de resíduos urbano da região metropolitana de São Paulo. A decomposição dos resíduos urbanos gera o biogás que serve como combustível renovável aos motores utilizados na geração de energia limpa.

A UVS dispõe de um sistema de captação de biogás de alto desempenho que consiste na sucção forçada do biogás, com garantia de captação de cerca de 60% por meio de sopradores que o direcionam para a UTE e o excedente para serem queimados em Flares.

Atualmente, a aquisição do biogás é realizada da parte relacionada Solvi Essencis Ambiental S.A., que possui a operação de aterro sanitário gerador de biogás, com dependência exclusiva deste insumo.

A Empresa tem a energia comercializada no Mercado Livre de Energia, já possuindo contratos firmados junto a clientes finais e comercializadoras de energia, com vigência a longo prazo. Esses contratos correspondem a 90% da capacidade de geração de energia da UTE, sendo os 10%

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

remanescentes a serem negociados no mercado de curto prazo.

A Empresa continuará implementando novas ações de performance e estratégias de comercialização de energia que preveem um aumento da capacidade de geração de energia e e crescimento em seu faturamento anual.

A Empresa tem implementado os planos de ação para a revisão da gestão operacional que permitam melhorar a geração de energia nos ativos existentes, assim como na equalização dos custos e busca por oportunidade de mercado na negociação de energia para que possa reestabelecer sua lucratividade operacional. Somado a estas ações, negociação com fornecedores chaves, investimentos na revitalização dos motogeradores, é avaliado um possível aporte de capital pelos acionistas para suprir qualquer eventual necessidade de recursos para quitar as obrigações de curto prazo da Empresa.

2 Base de preparação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Empresa em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses.

A Administração da Empresa declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 27 de março de 2026.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº11** – Contas a receber de clientes: Apuração de crédito de perdas esperadas para registro de provisão sobre contas a receber.
- **Nota explicativa nº 13 e 14** – Imobilizado e Intangível: Estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação e amortização.

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas mencionadas acima no item (a).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas subsequentes.

- a. Receita de contrato com cliente
- b. Receitas financeiras e despesas financeiras
- c. Benefícios a empregados
- d. Imobilizado
- e. Ativos intangíveis
- f. Instrumentos financeiros
- g. Imposto de renda e contribuição social
- h. Redução ao valor recuperável
- i. Provisões

a. Receita de contrato com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando cumpre a obrigação de desempenho especificada em seus contratos com clientes.

Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Receita de serviços prestados - Valorização energética

Venda de energia elétrica

A receita com a venda de energia elétrica renovável é produzida dentro do conceito de geração de energia limpa e sustentável, utilizando como combustível o biogás de aterros sanitários.

As obrigações de desempenho são cumpridas no momento em que os direitos sobre a energia são transferidos para o cliente, sendo assim a receita é reconhecida pela Empresa, caracterizado pela transferência do direito à energia para o cliente.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, despesas bancárias e custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição.

A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Participação nos lucros

A Empresa reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

(iii) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimentos e mensuração

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, deduzido de depreciação acumulada e a provisão de perda pelo valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear e para os geradores de energia, é utilizado o método de capacidade utilizada, por meio da quantidade de horas de operação dos geradores de energia. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa nº 13.

A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos são capitalizados quando são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, ao qual juros e outros encargos são contabilizados como custo do ativo em consonância com o CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos.

A entidade deve cessar a capitalização quando substancialmente todas as atividades necessárias ao preparo do ativo estiverem concluídas.

e. Ativos intangíveis

(i) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Conforme a nota explicativa nº14 mantemos o ativo de direitos contratuais.

(ii) **Softwares**

Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela vida útil estimada dos bens.

(iii) **Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iv) **Amortização**

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis estão descritas na nota explicativa nº14.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Instrumentos financeiros

i. **Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii. **Classificação e mensuração subsequente**

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA

- instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iii. *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv. *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

A Empresa não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 em suas demonstrações financeiras.

v. *Capital social*

Quotas

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de quotas são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

g. *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i. Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

h. Redução ao valor recuperável (“*Impairment*”)

a. Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa.

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.
Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação a clientes, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs").

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisões para riscos cíveis, trabalhista e fiscal

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante.

7 Novas normas e interpretações

7.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- **Alterações à IAS 21 — Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de Conversibilidade**

As alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio, com foco na Falta de Conversibilidade, visam tratar das dificuldades enfrentadas pelas entidades em países com restrições à conversibilidade de suas moedas locais, ou seja, situações em que as entidades não conseguem facilmente converter a moeda local em uma moeda estrangeira devido a intervenções governamentais ou limitações no mercado cambial.

Essas mudanças oferecem uma orientação mais clara sobre o tratamento das flutuações cambiais em economias com limitações na conversibilidade da moeda, impactando diretamente a mensuração e conversão de moedas estrangeiras nas demonstrações financeiras. A alteração também especifica como proceder quando a conversibilidade da moeda local é restrita, como em países com controle de câmbio ou restrições de mercado.

Principais alterações incluem:

- **Definição de falta de conversibilidade:** A falta de conversibilidade ocorre quando a entidade não pode realizar transações cambiais normais ou transferir fundos devido a restrições legais ou práticas do mercado cambial.
- **Exceção ao método de câmbio padrão:** Em caso de falta de conversibilidade, a IAS 21 permite o uso de uma taxa de câmbio apropriada, em vez da taxa de câmbio de fechamento,

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

levando em consideração as limitações de conversibilidade. A empresa pode utilizar uma taxa de câmbio refletindo as restrições do mercado, desde que siga um procedimento contábil consistente e transparente.

- **Mensuração e Apresentação:** A entidade deve adotar uma abordagem flexível para mensurar seus ativos e passivos em moeda estrangeira, garantindo transparência nas divulgações sobre as restrições cambiais e as técnicas alternativas de conversão utilizadas.
- **Impacto nas Demonstrações Financeiras:** Quando houver falta de conversibilidade, as entidades podem se afastar das práticas tradicionais de conversão, como o uso das taxas de câmbio de fechamento do mercado. No entanto, devem garantir que a abordagem adotada seja consistente, adequada e devidamente divulgada nas demonstrações financeiras.
- **Exigências de Divulgação:** A entidade será obrigada a divulgar informações detalhadas sobre as taxas de câmbio utilizadas, as dificuldades encontradas para converter a moeda local, e as restrições cambiais que afetam suas operações. Isso garantirá transparência e facilitará a compreensão dos investidores sobre as condições econômicas enfrentadas.

A utilização de uma taxa alternativa não constitui escolha livre da entidade, devendo refletir, na medida do possível, uma taxa que seria observável em condições normais de mercado, conforme os princípios da IAS 21, com aplicação consistente e divulgações robustas.

Na data-base destas demonstrações financeiras, a Empresa e suas controladas não possuem operações ou entidades localizadas em ambientes com restrições significativas à conversibilidade cambial, tampouco enfrentam limitações que caracterizem situação de falta de conversibilidade nos termos da norma. A Empresa irá continuar monitorando as mudanças contábeis e regulatórias, mas, no presente momento, essas alterações não têm impacto sobre suas demonstrações financeiras.

7.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- **Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**

As alterações emitidas pelo IASB refinam e esclarecem requisitos de classificação, mensuração, baixa (derecognition) e divulgação para instrumentos financeiros, em resposta à Revisão Pós-Implementação da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Os principais pontos incluem: (i) orientação adicional para avaliação do critério SPPI (Solely Payment of Principal and Interest) em ativos financeiros com características contingentes (incluindo ESG-linked), com reforços para non-recourse e instrumentos contratualmente vinculados; (ii) opção de política contábil para dar baixa em passivos financeiros liquidados via sistemas eletrônicos antes da data de liquidação, quando cumpridos critérios específicos; e (iii) novos requerimentos de disclosure na IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, notadamente para instrumentos com características contingentes e para investimentos em instrumentos de capital designados ao FVOCI.

As principais alterações são:

Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica:

As alterações permitem que uma entidade considere como liquidada uma obrigação financeira (ou parte da obrigação financeira) que será liquidada por meio de um sistema de pagamento eletrônico antes da data de liquidação, se critérios específicos forem atendidos. Se uma entidade optar por

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aplicar essa política contábil, será requerida a aplicá-la a todas as liquidações realizadas por meio do mesmo sistema de pagamento eletrônico.

Classificação de ativos financeiros:

- **Termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo:** As alterações fornecem orientação sobre como uma entidade pode avaliar se os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são consistentes com um acordo básico de empréstimo. Isso tem como objetivo auxiliar uma entidade a aplicar os requisitos para avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características vinculadas a questões ambientais, sociais e de governança (ESG).
- **Ativos financeiros com características 'non-recourse':** As alterações aprimoram a descrição do termo 'non-recourse', em especial para um para especificar que um ativo financeiro possui características de 'non-recourse' quando o direito final da entidade de receber fluxos de caixa é contratualmente limitado aos fluxos de caixa gerados por ativos específicos.
- **Instrumentos contratualmente vinculado:** As alterações esclarecem as características dos instrumentos contratualmente vinculados que os diferenciam de outras operações. Em especial, destacam que esses instrumentos estabelecem uma ordem de prioridade nos pagamentos aos detentores de ativos financeiros por meio de múltiplos instrumentos vinculados (tranches), utilizando uma estrutura de pagamento em cascata (waterfall). Essa estrutura resulta em concentração de risco de crédito e em uma distribuição desproporcional de perdas entre os detentores das diferentes tranches. As alterações também observam que nem toda operação com vários instrumentos de dívida atende aos critérios para ser considerada como envolvendo instrumentos contratualmente vinculados. Além disso, esclarecem que a referência aos instrumentos na carteira subjacente pode incluir ativos financeiros que não estão dentro do escopo dos requisitos de classificação.

Divulgações:

- **Investimento em instrumento patrimonial designado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os requisitos da IFRS 7 foram alterados para exigir que a entidade divulgue o ganho ou perda de valor justo reconhecido no resultado abrangente durante o período, divulgando separadamente o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos baixados no período e o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos mantidos ao final do período.
- **Termos contratuais que podem alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais:** As alterações exigem que a entidade divulgue termos contratuais que possam alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais na ocorrência (ou não ocorrência) de um evento contingente que não estejam diretamente relacionados a mudanças nos riscos e custos básicos de empréstimos. Os requisitos se aplicam a cada classe de ativo financeiro mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, bem como a cada classe de passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

As alterações à IFRS 9 e IFRS 7 serão obrigatórias para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2026.

- **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11**

O IASB emitiu alterações a cinco normas contábeis IFRS como parte do seu processo de melhorias anuais.

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade – Contabilidade de hedge por um adotante inicial

Para consistência com os requerimentos da IFRS 9, IFRS 1:B5-B6 foram alterados com relação ao critério de qualificação para o Hedge Accounting (ao invés de “condições”) e para adicionar referências cruzadas à IFRS 9:6.4.1 para melhorar a compreensão da IFRS 1.

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação – Ganho ou perda no desreconhecimento

As alterações removem uma referência cruzada obsoleta na IFRS 7:B38 para um parágrafo que tinha sido deletado quando a IFRS 13 – Mensuração ao Valor Justo foi emitido e alinhou a redação desse parágrafo com os termos utilizados na IFRS 13.

Orientação para implementação da IFRS 7 – Divulgação da diferença diferida entre valor justo e preço da transação

As alterações atualizam a IFRS 7:IG14 para tornar a redação desse parágrafo consistente com a IFRS 7:28 e melhorar a consistência interna do exemplo apresentado na IFRS 7:IG14.

Orientação para implementação da IFRS 7 – Introdução e divulgações sobre risco de crédito

As alterações adicionam uma declaração à IFRS 7:IG1 esclarecendo que a orientação não necessariamente ilustra todos os requisitos dos parágrafos referenciados da IFRS 7. Também simplificam a explicação dos aspectos dos requisitos que não são ilustrados na IFRS 7:IG20B.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Desreconhecimento de passivos de arrendamento

As alterações adicionam uma referência cruzada à IFRS 9:3.3.3 na IFRS 9.2.1(b)(ii) para esclarecer que, quando o arrendatário determina que uma obrigação de arrendamento foi extinta conforme a IFRS 9, ele deve aplicar a IFRS 9:3.3.3 e, portanto, reconhecer qualquer ganho ou perda resultante no resultado.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Preço da transação

As alterações substituem a expressão “pelo preço da transação (conforme definido na IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes)” na IFRS 9.5.1.3 por “o valor determinado ao aplicar a IFRS 15”, para resolver inconsistências entre a IFRS 9.5.1.3 e os requisitos da IFRS 15, que podem exigir que um recebível seja mensurado por um valor diferente do preço da transação reconhecido como receita. Além disso, a referência ao “preço da transação” (conforme definido na IFRS 15) foi excluída do Apêndice A da IFRS 9.

IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas – Determinação de um “agente de fato”

As alterações abordam preocupações de que os requisitos nos parágrafos IFRS 10:B73-B74 possam, em algumas situações, ser contraditórios. A IFRS 10:B73 refere-se a “agentes de fato” como partes que atuam em nome do investidor e afirma que a determinação de se outras partes estão atuando como agentes de fato exige julgamento. No entanto, a segunda frase da IFRS 10:B74 usa uma linguagem mais conclusiva, afirmando que uma parte é um agente de fato quando aqueles que dirigem as atividades do investidor têm a capacidade de direcionar essa parte a agir em nome do investidor. As alterações atualizam a IFRS 10:B74 para usar uma linguagem menos conclusiva e esclarecer que o relacionamento descrito é apenas um exemplo de circunstância em que é necessário julgamento para determinar se uma parte está atuando como agente de fato.

IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método do custo

A alteração substitui o termo “método do custo” por “ao custo” no IAS 7:37, em conformidade com

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a remoção da definição de “método do custo” das normas contábeis internacionais.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2026.

- **Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que fazem referência a eletricidade cuja geração depende de condições naturais**

Alterações à IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Os seguintes requisitos da IFRS 9 são afetados pelas alterações:

- Os requisitos de uso próprio (“own-use”) na IFRS 9 foram alterados para incluir os fatores que uma entidade deve considerar ao aplicar a IFRS 9:2.4 a contratos de compra e recebimento de energia renovável cuja fonte de produção depende de condições naturais;
- Os requisitos de contabilidade de hedge na IFRS 9 foram alterados para permitir que uma entidade utilize um contrato de energia renovável que depende de condições naturais, com características específicas, como instrumento de hedge;
- para designar um volume variável de transações previstas de energia como item objeto de hedge, desde que critérios específicos sejam atendidos; e
- para mensurar o item objeto de hedge utilizando as mesmas premissas de volume que aquelas usadas para o instrumento de hedge.

Alterações à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação e à IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação

A IFRS 7 e a IFRS 19 foram alterados para introduzir requisitos de divulgação sobre contratos que fazem referência à energia dependente de condições naturais com características específicas.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. As alterações à isenção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, de acordo com o IAS 8, utilizando os fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2026.

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras**

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, mantendo várias exigências da IAS 1, além de incorporar novas exigências. Certos parágrafos da IAS 1 foram transferidos para a IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, bem como para a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. Pequenas alterações também foram implementadas na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e na IAS 33 – Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduz novas exigências para:

- Apresentação de categorias e subtotais na demonstração do resultado;
- Divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas; e
- Melhorarias nos requisitos de agregação e desagregação de informações.

Essa mudança representa uma evolução significativa nos requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras, impactando não apenas a equipe contábil, mas também a forma como a entidade gerencia suas comunicações estratégicas, funções, responsabilidades, processos de negócios e gerenciamento de dados.

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

É obrigatória a divulgação de uma reconciliação, nas demonstrações financeiras anuais do período comparativo imediatamente anterior, para cada linha da demonstração de resultados, entre:

- Os valores reapresentados ao aplicar a IFRS 18; e
- Os montantes apresentados anteriormente, sob a aplicação a IAS 1 (CPC 26).

A IFRS 18 será obrigatória para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. As alterações nas normas IAS 7, IAS 33, IAS 8 e IFRS 7 entrarão em vigor junto com a adoção da IFRS 18. A aplicação será retrospectiva, com disposições de transição específicas. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2027.

• IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A IFRS 19, referente às Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, foi introduzida pelo IASB com o objetivo de facilitar a maneira como as subsidiárias, que não têm responsabilidade pública, realizam suas divulgações financeiras. A norma se aplica a subsidiárias que não têm por objetivo atrair capital do público, como é o caso de muitas empresas de pequeno e médio porte ou de empresas que não possuem ações negociadas em mercados públicos.

O principal objetivo da IFRS 19 é permitir que subsidiárias sem responsabilidade pública (isto é, aquelas cujas ações ou instrumentos financeiros não são negociados publicamente) se beneficiem de uma redução nas exigências de divulgação. Isso significa que elas ficam isentas de cumprir algumas das exigências mais rigorosas que são aplicadas a empresas públicas de grande porte.

A entidade pode aplicar a IFRS 19 apenas se, ao final do período de relatório:

- For uma subsidiária (incluindo uma controladora intermediária);
- Não tiver responsabilidade pública, e
- Sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis ao público, que atendam as Normas Contábeis IFRS.

Uma subsidiária é considerada responsável publicamente caso:

- Seus instrumentos de dívida ou patrimoniais sejam negociados em um mercado público, ou se estiver no processo de emissão desses instrumentos para negociação em um mercado público (incluindo bolsas de valores nacionais ou estrangeiras, ou mercados de balcão, como mercados locais e regionais); ou
- Detiver ativos fiduciários para um grupo abrangente de estrangeiros como um de seus principais negócios (exemplos incluem bancos, seguradoras, corretoras/negociantes de valores mobiliários, fundos mútuos, entre outros).

Entidades que atendem aos critérios de elegibilidade podem aplicar a IFRS 19 em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária que não adotar a norma em suas demonstrações financeiras consolidadas pode aplicá-la nas suas demonstrações financeiras separadas.

A norma será aplicável a partir de períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. Caso a entidade opte por adotar a IFRS 19 para um período de relatório anterior à adoção da IFRS 18, deverá aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação conforme descrito no anexo da IFRS 19. Caso a adoção ocorra antes de implementar as mudanças na IAS 21, as exigências de divulgação relacionadas à Falta de Conversibilidade não se aplicarão. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2027.

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Empresa. A Empresa não utilizou instrumentos financeiros derivativos.

Estrutura de gerenciamento de riscos

A Diretoria da Empresa tem a responsabilidade pelo o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) **Risco de Mercado**

Risco de câmbio

Entre os principais custos que podem ter risco à variação cambial estão a aquisição do óleo lubrificante e o custo da Operação e Manutenção (O&M) dos motores geradores. O preço do óleo lubrificante é impactado pela variação do dólar e o preço de O&M é ajustado trimestralmente pela variação do Euro.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Empresa decorre substancialmente de instrumentos financeira expostos a taxas pós-fixadas (principalmente CDI, TLP, SELIC, IPCA e TR). Nos ativos financeiros estão vinculados a Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) classificados nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os passivos financeiros das rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures são contratados majoritariamente com taxas pós-fixadas acrescidas de um spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e mensuradas pelo seu custo amortizado.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário razoavelmente possível uma valorização ou desvalorização das taxas de juros pós- fixadas em 25% tendo como base os montantes registrados no final do exercício de 2025 (25% em 2024), conforme abaixo.

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 2025	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	4.014		359
Empréstimos, financiamentos (nota 16)	(57.931)	CDI e TLP	(378)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(53.917)		
Efeito no resultado			(19)

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 2024	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	488		59
Empréstimos, financiamentos (nota 16)	(64.103)	CDI e TLP	(7.789)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(63.615)		
Efeito no resultado			(7.730)

A Empresa monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir uma dívida.

Este risco surge da possibilidade que a Empresa pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(CDI), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos.

A Empresa monitora taxas de juros de mercado continuamente para avaliar a possível necessidade de substituir sua dívida.

Risco de preços

Os valores da comercialização de energia elétrica são reajustados considerando a variação na estrutura de custos para os cerca de 90% de energia vendida no longo prazo e variação do mercado que Empresa atua para os demais 10% de energia vendida no curto prazo.

(ii) Risco de realização de crédito

Risco de realização de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Empresa.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota explicativa	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	10	4.120	488
Contas a receber de clientes	11	5.971	4.633
Mútuos a receber partes relacionadas	17	-	11.065
Outras contas a receber	12	162	354
		10.253	16.540

Em 31 de dezembro de 2025	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	4.120	-	-	-	-	-	-	-	4.120
Contas a receber de clientes	5.789	-	-	-	-	182	-	-	5.971
Outras contas a receber	162	-	-	-	-	-	-	-	162
	10.071	-	-	-	-	-	-	-	10.253

Em 31 de dezembro de 2024	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	488	-	-	-	-	-	-	-	488
Contas a receber de clientes	3.670	882	81	-	-	-	-	-	4.633
Mútuos a receber partes relacionadas	11.065	-	-	-	-	-	-	-	11.065
Outras contas a receber	354	-	-	-	-	-	-	-	354
	15.577	882	81	-	-	-	-	-	16.540

Para mitigar o risco de possibilidade da Empresa ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Empresa adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating, mantém o monitoramento das operações vigentes incluindo utilizações, excessos, atrasos, documentação e acompanhamento do estado financeiro anual e intermediário dos clientes.

(iii) Risco de liquidez

A liquidez da Empresa depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamento doméstico. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Empresa dispunha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos da Empresa, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2025						
Empréstimos e financiamentos (a)	15.714	15.028	32.925	-	63.667	57.931
Fornecedores e outras contas a pagar	5.503	-	-	-	5.503	5.503
	21.217	15.028	32.925	-	69.170	63.434
Em 31 de dezembro de 2024						
Empréstimos e financiamentos (a)	14.021	14.293	38.238	5.258	71.810	64.103
Fornecedores e outras contas a pagar	6.368	-	-	-	6.368	6.368
	20.389	14.293	38.238	5.258	78.178	70.471

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

b. Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40 (R1), "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

c. Gerenciamento de capital

Os objetivos da Empresa durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos investidores, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Empresa, quando aprovado pelos administradores, pode rever sua política de distribuição de dividendos, emitir novas quotas ou reduzir capital.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A Empresa adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de passivos circulante e não circulante, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 pode ser apresentado conforme demonstrado abaixo:

	2025	2024
Empréstimos e financiamentos	57.931	64.103
Fornecedores e outras contas a pagar	5.503	6.368
Total Endividamento	63.434	70.471
(-) Caixa e caixa equivalente	(4.120)	(488)
(=) Endividamento líquido (a)	59.134	69.983
Patrimônio líquido	5.800	5.817
Capital social e endividamento líquido (b)	65.114	75.800
Quociente de alavancagem (a ÷ b)	91%	92%

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados conforme descrito a seguir:

Hierarquia do valor justo	Categoria	2025		2024		
		Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo	
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	VJR	4.120	4.120	488	488
Contas a receber de clientes		Custo amortizado	5.971	5.971	4.633	4.633
Outras contas a receber		Custo amortizado	162	162	354	354
Mútuos a receber de partes relacionadas		Custo amortizado	-	-	11.065	11.065
Total			10.253	10.253	16.540	16.540
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar		Custo amortizado	5.503	5.503	6.368	6.368
Empréstimos e financiamentos		Custo amortizado	57.931	57.866	64.103	64.103
Total			63.434	63.369	70.471	70.471

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 – inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Empresa revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Empresa analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis;
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo; e
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Empresa entende que seus valores justos correspondem aos valores contábeis;

- Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos;
- O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes;
- Os financiamentos estruturados contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

9 Aspectos ambientais

As operações da Empresa estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Empresa não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

10 Caixa e equivalente de caixa

São compostos como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e bancos	106	488
Certificado de depósito bancário (CDB)	4.014	-
	<u>4.120</u>	<u>488</u>

O saldo de aplicações financeiras relativas a Certificado de Depósito Bancário (CDB) de liquidez imediata teve sua remuneração atrelada à variação do CDI de 50,00 % em 2025 (36,21% em 2024), que não excederam seus respectivos valores de mercado e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

A exposição da Empresa aos riscos de taxas de juros e de liquidez é divulgada na nota explicativa nº 8.

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Contas a receber de clientes

São compostos como segue:

	Nota explicativa	2025	2024
Cientes privados:			
Valores faturados		4.942	4.396
		4.942	4.396
Partes relacionadas	17	1.029	237
Total		5.971	4.633

O *aging list* das contas a receber é composto como segue:

	2025	2024
Valores a vencer	5.789	3.670
<i>Vencidos:</i>		
Até 30 dias	-	882
Entre 31 e 60 dias	-	81
Entre 181 e 360 dias	182	-
	5.971	4.633

12 Outras contas a receber

São compostos como segue:

	2025	2024
Folha de pagamento	17	2
Seguros a apropriar e licenças	13	43
Outras contas a receber	132	309
	162	354

13 Imobilizado

São compostos como segue:

	Taxa média anual - %	Custo	Depreciação	2025 Líquido	2024 Líquido
Aterro e infra em aterros		1.941	-	1.941	1.941
Terrenos, edificações e construção civil (*)	5%	-	(627)	(627)	(560)
Máquinas e equipamentos	10%	98.634	(56.235)	42.399	43.438
Móveis e utensílios	10%	43	(37)	6	12
Equipamentos de informática	20%	100	(77)	23	7
		100.718	(56.976)	43.742	44.838

(*) Terrenos não são depreciados.

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As mutações do imobilizado em 2025 e 2024 estão demonstradas conforme seguem:

Custo	Saldo em 31/12/2024	Adição	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Terrenos, edificações e construção civil	1.941	-	-	1.941
Máquinas e equipamentos	95.089	3.545	-	98.634
Móveis e utensílios	43	-	-	43
Equipamentos de informática	80	15	5	100
Imobilizado em andamento	-	5	(5)	-
	97.153	3.565	-	100.718
Depreciação	Saldo em 31/12/2024	Depreciação	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Edificações e construção civil	(560)	(67)	-	(627)
Máquinas e equipamentos	(51.651)	(4.584)	-	(56.235)
Móveis e utensílios	(31)	(6)	-	(37)
Equipamentos de informática	(73)	(4)	-	(77)
	(52.315)	(4.661)	-	(56.976)
	44.838	(1.096)	-	43.742

Custo	Saldo em 31/12/2023	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Terrenos, edificações e construção civil	1.941	-	-	-	1.941
Máquinas e equipamentos	88.747	-	-	6.342	95.089
Móveis e utensílios	35	8	-	-	43
Equipamentos de informática	80	5	(5)	-	80
Imobilizado em andamento	-	6.342	-	(6.342)	-
	90.803	6.355	(5)	-	97.153
Depreciação	Saldo em 31/12/2023	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Edificações e construção civil	(493)	(67)	-	-	(560)
Máquinas e equipamentos	(47.025)	(4.626)	-	-	(51.651)
Móveis e utensílios	(27)	(4)	-	-	(31)
Equipamentos de informática	(69)	(4)	-	-	(73)
	(47.614)	(4.701)	-	-	(52.315)
	43.189	1.654	(5)	-	44.838

14 Intangível

A movimentação do intangível é composto como segue:

	Taxa média anual - %	Custo	Amortização	2025 Líquido	2024 Líquido
Software	20%	5	(5)	-	-
Direitos contratuais	3,50%	22.025	(7.152)	14.873	15.632
		22.030	(7.157)	-	15.632

As mutações do intangível em 2025 e 2024 estão demonstradas conforme seguem:

Custo	Saldo em 31/12/2024	Adição	Saldo em 31/12/2025
Software	5	-	5
Direitos contratuais (a)	22.025	-	22.025
	22.030	-	22.030
Amortização	Saldo em 31/12/2024	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Software	(5)	-	(5)
Direitos contratuais (a)	(6.393)	(759)	(7.152)
	(6.398)	(759)	(7.157)
	15.632	(759)	14.873

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo	Saldo em	Adição	Saldo em
	31/12/2023		31/12/2024
Software	5	-	5
Direitos contratuais (a)	22.025	-	22.025
	22.030	-	22.030
Amortização	Saldo em	Amortização	Saldo em
	31/12/2023		31/12/2024
Software	(5)	-	(5)
Direitos contratuais (a)	(5.577)	(816)	(6.393)
	(5.582)	(816)	(6.398)
	16.448	(816)	15.632

- (a) Direitos Contratuais referem-se ao direito de utilização de duas subestações de transferência e distribuição de energia elétrica, administradas pela CTEEP (concessionária de transmissão de energia elétrica) e pela ELEKTRO (concessionária de distribuição de energia elétrica), conforme previsto no Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão CCT CTEEP nº 101/2015. Este direito está sendo amortizado pelo período de 29 anos que é a estimativa de encerramento de operação da Usina Termoelétrica Caieiras.

15 Fornecedores

São compostos como segue:

	2025	2024
Fornecedores	2.256	6.078
Partes relacionadas – nota 17	3.246	23
	5.502	6.101

16 Empréstimos e financiamentos

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Empresa a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, observar nota explicativa nº 8.

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	2025	2024
	Pré-fixado de 3,45% a 3,55% a.a.	Jun/30	51.995	57.105
Financiamento de projetos	CDI de 3,22% a.a / TJLP_314	Mai/29 a Jun/30	5.936	6.998
			57.931	64.103
Circulante			13.371	11.597
Não circulante			44.560	52.506

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento	2025	2024
2026	-	12.066
2027	13.244	40.440
Após 2028	31.316	-
	44.560	52.506

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em	Captação	Juros	Pagamento	Pagamento	Saldo em
	31/12/2024			Juros	Principal	31/12/2025
Financiamento de projetos	64.103	-	8.844	(3.084)	(11.932)	57.931
	64.103	-	8.844	(3.084)	(11.932)	57.931

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Saldo em 31/12/2024
Financiamento de projetos	62.535	6.624	7.521	(2.573)	(10.004)	64.103
	62.535	6.624	7.521	(2.573)	(10.004)	64.103

Em 09 de maio de 2024, a Empresa contratou financiamento no valor total de R\$ 6.624 junto ao Banco Bradesco, destinado ao overhaul de duas unidades de potência, com atualização para mais 60.000 horas de produção. O financiamento possui prazo total de 5 anos, sendo 12 meses de carência (de 09 de junho de 2024 a 09 de maio de 2025), seguidos de amortização em 48 prestações mensais e sucessivas (de 09 de junho de 2025 a 09 de maio de 2029).

Em 15 de junho de 2015 a Empresa contratou financiamento no valor total de R\$80.594 junto ao BNDES. A obrigação em questão tem como prazo de pagamento 15 anos, sendo 12 meses de carência com início em 15 de junho de 2015 e término em 15 de junho de 2016, mais amortização em 168 prestações mensais e sucessivas com início em 15 de julho de 2016 e término em 15 de junho de 2030.

O financiamento foi destinado à implantação da Usina Termelétrica (UTE) Termoverde Caieiras, geradora de energia elétrica à partir do biogás dos resíduos depositados em aterro sanitário.

Cláusulas Contratuais (Covenants)

Os covenants são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento.

O contrato firmado com o BNDES contém covenants que estabelecem requisitos financeiros no qual deverão ser cumpridos.

O índice estabelecido pelo BNDES a ser apurado pela Empresa é o ICSD, conforme abaixo:

Índice	Meta	Metodologia
Índices de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD	≥ 1,3	$\frac{\text{EBITDA}}{\text{Serviço da Dívida}}$

O contrato possui covenants financeiros que deverão ser garantidos pela interveniente garantidora e fiadora Solví Participações S.A. a partir de 2016, e covenants financeiros que deverão ser atingidos pela beneficiária Termoverde Caieiras Ltda. a partir de 2019.

Indicadores	A partir de 2019
Dívida líquida/EBITDA	≤ 3,0
Dívida Total / Ativo Total.	≤ 0,50

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa apurou indicador financeiro conforme contrato de financiamento celebrado com o BNDES.

Nos termos contratuais, a apuração e comunicação desse indicador ao agente financiador ocorre por meio de Carta de Asseguração emitida por auditor independente, a qual será encaminhada ao BNDES no curso regular do exercício de 2026.

De acordo com as Cláusulas Contratuais que definem as condições do índice financeiro, durante a vigência do referido contrato, determinadas operações com partes relacionadas, bem como distribuições de recursos que possam impactar a estrutura patrimonial da Companhia, permanecem sujeitas à anuência prévia do BNDES, conforme disposições contratuais aplicáveis. Dado que não houve o atingimento do índice financeiro, bem como não utilização dos dispositivos sujeitos a anuência, a Empresa encontra-se adimplente com as obrigações contratuais. Adicionalmente, não existe

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exigência para pagamento antecipado da dívida devido ao não atingimento do índice financeiro.

A Empresa permanece observando os termos e condições previstos no contrato.

17 Partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstrados a seguir:

	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesa)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Solvi Essencis Ambiental S.A.	-	237	3.246	23	(8.613)	(6.698)
Battre - Bahia Transf e Tratamento de Resíduos Ltda.	-	-	-	-	3	-
Biotérmica Energia S.A.	1.029	-	-	-	1.029	-
	1.029	237	3.246	23	(7.581)	(6.698)
Mútuos						
Revita Engenharia S.A.	-	11.065	-	-	-	1.325
	-	11.065	-	-	-	1.325
Total	1.029	11.302	3.246	23		
Circulante	1.029	237	3.246	23		
Não circulante	-	11.065	-	-		

Outras transações com partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas registradas no ativo circulante referem-se, substancialmente, à receita com prestação de serviço operacional e aos serviços compartilhados administrativos e financeiros às respectivas partes relacionadas. As contas a pagar de partes relacionadas registradas no passivo circulante referem-se, substancialmente, à serviços tomados operacional e serviços compartilhados, administrativo e financeiro às respectivas partes relacionadas.

Segue movimentação dos mútuos ativos:

	2025	2024
Saldo inicial	11.065	11.070
Aplicação	4.582	10.284
Juros	1.007	1.454
Recebimento de juros	(69)	(1.567)
Recebimento do principal	(16.496)	(5.186)
Encargos	(89)	108
Compensação de mútuos com dividendos	-	(5.098)
Saldo final	-	11.065

18 Imposto de renda e contribuição social

O saldo é composto como segue:

	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(16)	3.712
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Despesa esperada do imposto de renda e da constituição social - %	5	(1.262)
Incentivos	-	33
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Bônus/doações/patrocínios	-	(14)
Outras diferenças permanentes	3	(135)
Não constituição de diferido - Ausência de expectativa de realização	(9)	(3)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(1)	(1.381)
Corrente	(1)	(1.381)
Diferido	-	-
Alíquota efetiva	6,25%	37,20%

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Empresa no exercício de 2024, deixou de ser optante do lucro presumido, com recolhimento trimestral, passando para lucro real.

19 Provisões

A Empresa possui processos com estimativa de perdas provável para 31 de dezembro de 2025 que totalizam R\$26 (R\$1 em 31 de dezembro de 2024), os principais processos com estimativa de perdas provável referem-se substancialmente às ações de natureza trabalhista.

A Empresa possui processo judicial em andamento de natureza tributária. Para esse processo, a Empresa apresenta defesa administrativa. A administração e seus assessores legais acreditam que os valores registrados como provisão para contingências são suficientes para cobrir eventuais perdas nos casos de decisão final desfavorável do processo. Em 31 de dezembro de 2025, a contingência da Empresa, cujas chances de perda classificadas como possível, totaliza R\$36 (R\$36 em 2024).

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Empresa em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e bens, é de R\$3.486, dividido em 3.486 quotas, com valor de R\$ 1,00 cada uma.

(b) Dividendos

A Administração deliberou em 30 de abril de 2024 a distribuição de dividendos no montante de R\$17.098, com R\$5.098 através de compensação de mútuos que não afetam caixa e R\$12.000 através de antecipação a distribuição de dividendos.

21 Receita operacional líquida

As receitas operacionais líquidas são compostos como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Clientes privados (a)	58.073	54.243
Total receita bruta	58.073	54.243
<i>Deduções sobre as vendas:</i>		
PIS	(957)	(927)
COFINS	(4.410)	(4.271)
ICMS	(158)	(149)
Total de deduções sobre vendas	(5.525)	(5.347)
Receita líquida	52.548	48.896

(a) As receitas de valorização energética são provenientes basicamente de uma obrigação de desempenho, conforme descrito na nota explicativa nº 6a.

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22 Custos dos serviços prestados

São compostos como segue:

	2025	2024
Salários e encargos	(435)	(886)
Aluguel	(730)	(2.909)
Depreciações	(5.420)	(5.517)
Materiais aplicados nos serviços	(10.214)	(6.551)
Serviços de terceiros(a)	(10.561)	(11.921)
Créditos fiscais(b)	233	1.556
Custo de aquisição biogás	(14.045)	(8.636)
Energia elétrica	(1.863)	(3.105)
Licenças e taxas	(171)	(170)
Outros custos de produção	(925)	(588)
	(44.131)	(38.727)

- a) Os custos de serviços de terceiros são provenientes basicamente de manutenção de máquinas e equipamentos.
b) As principais naturezas de créditos fiscais são referentes a PIS e COFINS sobre insumos.

23 Despesas administrativas

São compostos como segue:

	2025	2024
Materiais	(1)	(16)
Tributos, Seguros e Contribuições	(2)	(2)
Despesas serviços compartilhados (a)	(570)	(245)
	(573)	(263)

- a) A principal natureza em reembolso de despesas de serviços compartilhados refere-se a assistência técnica financeira do centro de serviços compartilhados CSC.

24 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2025	2024
Outras receitas (despesas) eventuais	1.543	1.468
Resultado na baixa e/ou venda de imobilizado	-	(5)
Provisões para contingências	(25)	-
Despesas com contingências	(10)	(16)
Pis e Cofins sobre outras receitas	-	(104)
	1.508	1.343

25 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	2025	2024
Receitas juros sobre contratos	996	1.454
Variação monetária ativa	13	577
Rendimentos sobre aplicações financeiras	159	170
Outras receitas financeiras	57	2
Total receitas financeiras	1.225	2.203
Variação monetária passiva	-	(617)
Despesas bancárias	(1.433)	(1.306)
Despesas com multas e moras financeiras	(1)	(97)
Tributos sobre movimentações financeiras	(309)	(157)
Juros sobre empréstimos e financiamento	(8.844)	(7.521)
Total despesas financeiras	(10.587)	(9.698)
Total	(9.362)	(7.495)

Termoverde Caieiras Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26 Seguros

A administração da Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a cobertura dos seguros contratados pela Empresa estava composta da seguinte forma:

	2025	2024
Seguro patrimonial	97.350	97.350
Responsabilidade civil geral	32.500	32.500
	129.850	129.850

27 Compromissos futuros

Foi assinado em março de 2013 o Contrato para o fornecimento de Biogás da Unidade de Valorização Sustentável – UVS Caieiras, tendo como complemento um aditivo assinado em 2022, com vigência de 20 anos a partir do início da operação da Termoelétrica. O contrato firmado não está reconhecido por se tratar de um compromisso futuro, e será escriturado de acordo com sua realização.

A Empresa fornecerá o Biogás nas características representadas abaixo:

Ano	2026	2027	2028	2029	2030
Biogás	14.400 Nm ³ /h	14.400 Nm ³ /h	14.400 Nm ³ /h	14.400 Nm ³ /h	14.400 Nm ³ /h
CH4	7.200 Nm ³ /h	7.200 Nm ³ /h	7.200 Nm ³ /h	7.200 Nm ³ /h	7.200 Nm ³ /h
Ano	2031	2032	2033	2034	2035
Biogás	14.400 Nm ³ /h	14.400 Nm ³ /h	14.400 Nm ³ /h	14.400 Nm ³ /h	14.400 Nm ³ /h
CH4	7.200 Nm ³ /h	7.200 Nm ³ /h	7.200 Nm ³ /h	7.200 Nm ³ /h	7.200 Nm ³ /h
Ano	2036	2037	2038	2039	2040
Biogás	14.400 Nm ³ /h	14.400 Nm ³ /h	14.400 Nm ³ /h	14.400 Nm ³ /h	14.400 Nm ³ /h
CH4	7.200 Nm ³ /h	7.200 Nm ³ /h	7.200 Nm ³ /h	7.200 Nm ³ /h	7.200 Nm ³ /h

Nm³/h: Normal Metrô Cubico por Hora